

Os brasileiros restabelecem a prática democrática

José Alvaro Moisés

Dia 17 de dezembro. 82 milhões de brasileiros, quase trinta anos depois, restabelecem a prática democrática secular: os governados elegem os governantes. É o resgate da soberania popular que, 200 anos atrás, a Revolução Francesa (uma revolução de burgueses) conquistou para a humanidade.



No Brasil, será o dia da re-proclamação da República. Queira-se ou não, depois de tanto tempo de jejum cívico, a campanha presidencial é o reencontro com o sentido original da República que completa 100 anos: os assuntos públicos devem ser objeto de deliberação pública, tomada no espaço público.

Construir o espaço público onde todas as vontades, diferentes e plurais, possam se expressar é, no Brasil, construir a República que precisa ser completada. O esclarecimento, o debate e o confronto de projetos distintos estão criando essa possibilidade nas eleições de 1989. O entusiasmo e a esperança que renascem nas ruas são a prova disso.

Por isso, não é à toa que o centro do debate do 2º turno se concentrou na questão da governabilidade: governar é fazer escolha entre alternativas públicas que se oferecem a problemas para os quais o consenso social exige respostas. Mas no Brasil de Sarney e da Nova República esse princípio perdeu-se: os imensos poderes e recursos em mãos da Presidência da República têm sido usados para privilegiar decisões particularistas, que favorecem a clientela dos donos do poder; é a volta do clientelismo, com sentido mais atual, implicando privatização do espaço público e dos recursos de poder. Por isso, agora é preciso recuperar a governabilidade.

Duas coisas são essenciais para que o próximo governo tenha capacidade de governabilidade: (a) a primeira refere-se a um cora-

joso plano de retomada do desenvolvimento econômico e social. Países com hiperinflação não crescem e países pobres não têm futuro promissor, mesmo sob o signo do progressismo; (b) a segunda diz respeito à capacidade de o governo implementar, com continuidade e sem contradições, o seu plano. Governar exige capacidade de criar aceitação social para as tarefas percebidas como urgentes.

Não é o caso de discutir em espaço tão curto essas condições. Mas uma coisa é essencial: tais exigências descrevem um figurino para o próximo presidente da República. Ele precisa ter a legitimidade das urnas, precisa ser capaz de concertar amplas alianças político-partidárias, capazes de assegurar apoio congressional ao governo, precisa se apoiar sobre fortes e vigorosas organizações sociais e políticas e, finalmente, precisa ter confiabilidade para propor um pacto econômico e social *exequível em contexto de hiperinflação*.

Esse figurino, ao meu juízo e sem nenhum favor, só cabe em Lula. E ele quem é capaz, nesta fase, de propor um pacto que envolva o controle de preços e salários e que tenha a confiança da população. Ademais, tal é a transparência das suas propostas que é ele quem melhor oferece garantia de "fairplay" aos empresários. O seu adversário é Collor, não é só imprevisível: sem apoios sociais e políticas fortes, e apoiando-se em uma relação direta, sem mediações, entre ele e o povo, deixa aberta a porta para a tentação dos plebiscitarismos cesaristas. Ademais, Lula tem a capacidade de criar esperança: de dias melhores, de dias mais justos e de democracia.

Crítico do socialismo burocrático e crítico do capitalismo selvagem, Lula emerge como a possibilidade real de fazer o reencontro do Brasil com o melhor da sua história: uma república moderna funcionando com o controle da sociedade. Em uma palavra: democracia social.

José Alvaro Moisés é professor e vice-chefe do Departamento de Ciência Política da USP e presidente do CEDEC.